

Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras



127

HUMBERTO DANTAS

INTRODUÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS, HIPÓTESES E METODOLOGIA

O cientista político Ângelo Panebianco afirma em seu livro “Modelos de Partidos” que em países federativos existe uma tendência à existência de legendas descentralizadas. É muito provável que com base nesse aspecto David Fleischer (2002) buscou afirmar a existência de 27 partidos distintos no interior de cada partido político brasileiro, referindo-se principalmente às grandes agremiações. Nesse caso, seria possível notar que os estímulos locais são mais fortes que as oportunidades federais. É nos estados, por exemplo, que escolhemos 27 governadores, 27 vice-governadores, 54 ou 27 senadores, 513 deputados federais e 1.059 deputados estaduais. No plano federal “apenas” o presidente e seu vice.

Complementarmente, quando Maurice Duverger (1970) aponta que em eleições majoritárias de turno único existe tendência à bipolarização, passamos a reunir mais um importante aspecto teórico para compreendermos como os partidos políticos brasileiros se comportam nas mais diferentes cidades do país nas eleições municipais. Lembremos que em 2012, por exemplo, apenas 83 cidades brasileiras tinham mais de 200 mil eleitores, o que pelas leis nacionais permite a existência de uma disputa em turno dobrado. Tal fato nos permite



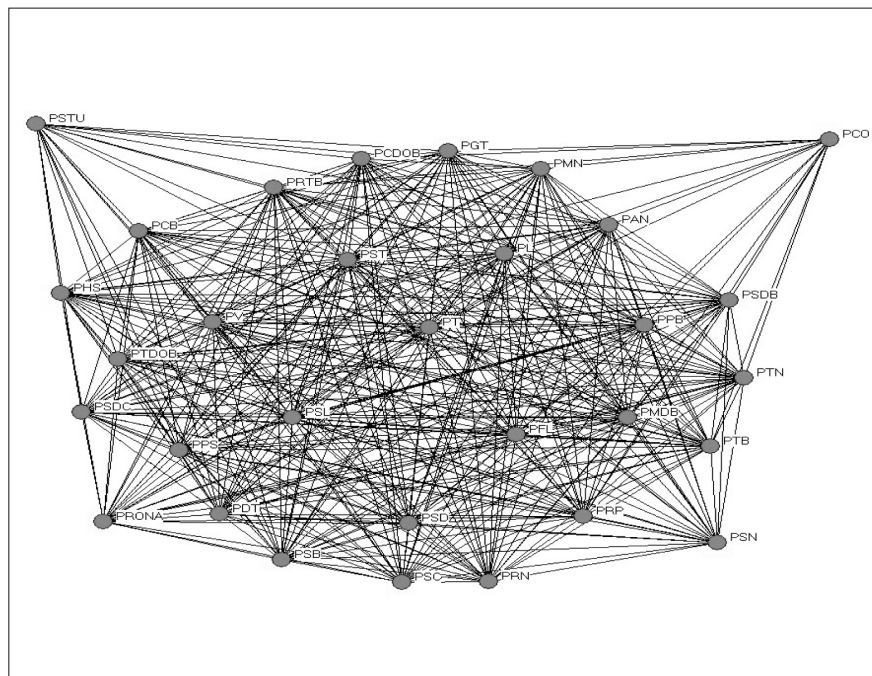
afirmar que em 98,5% dos municípios do Brasil a escolha do prefeito é feita em primeiro e único turno. Para completar o cenário sobre o qual desejamos trabalhar, lembremos que desde 2000 nunca tivemos uma eleição municipal com menos de 27 partidos políticos - em 2012 foram 29. A despeito de tais quantidades, em 2008, por exemplo, tínhamos uma média pouco inferior a 12 legendas por cidade nas disputas majoritárias, o que ainda assim aponta para um quadro de complexidade no arranjo das organizações.

Diante dos parâmetros teóricos apresentados, uma das variáveis capazes de apontar uma compreensão sobre o comportamento das legendas é a coligação eleitoral. Kinzo (2004) afirma que tal instrumento é frequente nas estratégias partidárias e seu uso crescente. Existiria algum tipo de ordem nessas alianças? Uma característica capaz de explicar como os partidos se coligam para disputar prefeituras? Não são poucos os estudos que tentam verificar como ocorrem tais aproximações nas mais diferentes esferas de poder – município, estado e união. A Fundação Konrad Adenauer, por exemplo, já organizou dois livros sobre o tema – Krause e Schmidt (2005) e Krause, Dantas e Miguel (2010)¹. Com um olhar mais específico sobre as alianças em eleições municipais temos os trabalhos de Dantas, 2007, 2008 e 2009; Peixoto, 2010; Dantas e Praça, 2012, 2010 e 2004; Miguel e Machado, 2010; Ribeiro, 2010; Machado, 2007 entre outros.

Tendo em vista o desafio de compreendermos a lógica do alinhamento dos partidos nas cidades, a figura 1 mostra uma sociograma de acordos entre os partidos nas eleições de 2000. Existirá algo capaz de sugerir que estamos diante de um fenômeno diferente do caos? Dantas (2007) apresenta indícios que mostram o ordenamento estadual dos partidos como algo mais forte que aspectos de ordem federal. Ainda assim, em suas conclusões sugere que questões locais têm destaque maior, apontando a existência de uma força centrífuga nas uniões entre os partidos que não permitiram controle rigoroso por parte de organismos partidários federais sobre as realidades municipais.

1 Em ambos os casos os pesquisadores são organizadores de tais obras.

Figura 1. Alinhamento entre os partidos nas eleições majoritárias de 2000 ²



Fonte: Dantas (2007) com dados do Tribunal Superior Eleitoral

Assim, diferentes acordos entre partidos mostrariam que articulações locais parecem mais relevantes que comportamentos nacionais. Se tomarmos o conjunto completo de cidades brasileiras, que supera 5.565 em 2012, e as considerarmos igualmente, veremos que legendas que disputam poder nos planos federais e estaduais, bem como grupos que se aproximam nessas esferas, podem apresentar comportamentos distintos nos municípios brasileiros. Seria possível, assim, pensar numa dificuldade considerável de coordenação partidária a ponto de fazer com que os partidos agissem nacionalmente em seus acordos, como chegou a exigir a Justiça Eleitoral em decisões ao longo da história recente?

2 Esse sociograma é construído sob a seguinte premissa: a simples associação entre dois partidos (pontos) para a disputa de uma prefeitura cria entre eles uma relação (traços). Em sua tese, Dantas (2007) deixa de lado esse rigor e trabalha com tendências de associação entre as legendas.

Lembremos que em 2002 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), provocado por uma consulta de 2001 do PDT, interpretou que as legendas estariam proibidas de estabelecer alianças estaduais com adversários no plano federal³. Uma das justificativas para tal imposição era, de acordo com Marchetti (2010), o “caráter nacional” dos partidos políticos brasileiros. Por força de uma emenda constitucional o Congresso rechaçou a verticalização imposta pela Justiça Eleitoral em 2006. A medida passou a valer para o pleito de 2010. Em 2004, no entanto, Dantas (2007) observa a existência de uma nova consulta ao Tribunal Superior Eleitoral gerada a partir do novo cenário das coligações verticalizadas nos planos estaduais. O intuito era entender em que medida a interpretação do TSE de 2002 seria aplicada às eleições municipais. A resposta oficial entendeu que não havia como estabelecer, nas eleições municipais, uma lógica de hierarquia capaz de ditar o comportamento das legendas em relação aos seus acordos, permitindo assim uma percepção do caráter nacional desses grupos em seus acordos aos olhos da sociedade.

Diante do exposto esse trabalho tem como um de seus principais objetivos apresentar a lógica das coligações em eleições majoritárias municipais para o ano de 2012, utilizando como cenário para aprimorar a análise os pleitos de 2000 a 2008. Partimos da hipótese, já verificada em outros trabalhos – Dantas (2007, 2008, 2009 e 2012) – que o aumento da capilaridade dos partidos políticos brasileiros (entendida aqui como o espraiamento por um conjunto crescente de cidades) e a mudança no quadro partidário federal inaugurada a partir de 2003 adensou o cipoal de acordos entre as legendas. No plano municipal, se considerarmos de maneira uniforme o conjunto de cidades, podemos afirmar que o cruzamento entre os partidos aumentou em ritmo significativo, sendo maior que a ampliação da presença das legendas nas próprias cidades. Isso representa dizer que enquanto o PT cresceu sua participação municipal em 86,4% na comparação entre 2000 e 2012, suas alianças com outros partidos considerados grandes aumentaram entre 91% e 557%.

Para as análises aqui propostas salientamos que serão utilizadas apenas as 10 maiores legendas⁴ brasileiras que disputaram as eleições de 2000 a 2012

3 Em 1998 o PSDB e o PT disputaram a presidência da República com Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, respectivamente. No Acre e no Piauí, entretanto, apoiaram o mesmo candidato nas eleições para os executivos estaduais. No Acre o candidato era petista, no Piauí era tucano.

4 Com exceção feita ao PSD, que será destacado na nota seguinte, nenhum outro partido atingiu participação em eleições majoritárias em 2012 superior a 3.100 municípios, ou seja, todos ficaram abaixo do PPS com suas 3.254 disputas.

– incluindo aquelas que mudaram de nome, mas mantiveram seus números e principais quadros, como o PR, o PP e o DEM. Trata-se, de acordo com Dantas (2007), do mais significativo grupo de partidos brasileiros. Ideologicamente o conjunto pode ser dividido em três grandes grupos de forma bastante aceita na Ciência Política (Miguel, 2010): direita (PP, PR, DEM e PTB), centro (PMDB e PSDB) e esquerda (PDT, PPS, PSB e PT). O PSD, legenda relevante criada em 2011 não será analisada por não fazer parte, integralmente, do período utilizado nas avaliações⁵.

Em termos metodológicos serão analisados números referentes às associações entre esses dez grandes partidos. Isso significa dizer que na maior parte das análises não avaliaremos efetivamente as coligações em suas formações integrais, mas sim as ligações em pares de partidos (associações binárias), buscando identificar padrões capazes de permitir a verificação das hipóteses apresentadas. Os dados discutidos serão mostrados sob a forma de tabelas e mapas, onde o intuito maior é compreender como os partidos se aliam.

O QUADRO PARTIDÁRIO BRASILEIRO NA DISPUTA POR PREFEITURAS

Um dos objetivos desse trabalho, ao analisar a forma como os partidos se comportam em suas coligações locais, é compreender em que medida as legendas respeitam um padrão consolidado de comportamento. As hipóteses mais convencionais estariam alinhadas aos planos ideológicos ou governamentais. Isso representa dizer que ao ser considerado de esquerda um partido não estabeleceria, em tese, alianças com legendas de direita para a disputa de uma prefeitura, por exemplo. Em termos governamentais, seria possível afirmar que alinhamentos federais deveriam influenciar de forma expressiva o com-

5 A despeito de deixarmos o PSD de lado, algumas questões merecem menção. O partido debuta eleitoralmente disputando prefeituras em 4.316 cidades, capilaridade superior à apresentada por legendas como o DEM, o PR, o PDT, o PPS e o PSB. Seu índice de participações coligado é de 98,9%, semelhante ao dos demais partidos. Como cabeça de chapa ele aparece em 26,1% dessas alianças, o que representa índice inferior, apenas, aos registrados por PT, PSDB e PMDB. A polêmica da ausência ideológica lançada por seu presidente, o então prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, é efetivada nas alianças. Quando comparado ao grupo de dez legendas o PSD esteve com pelo menos um dos quatro grandes partidos de direita em 3.424 cidades, com pelo menos uma das duas agremiações de centro em 2.802 localidades e com pelo menos uma das quatro grandes legendas de esquerda em 3.263 municípios.



portamento das legendas nas cidades. Tal fenômeno poderia ocorrer também em relação aos governos estaduais, conforme sugerido por Dantas (2007). O fato é que será possível notar que não existe esse alinhamento governamental com ênfase no plano federal e tampouco o comportamento ideológico, se considerarmos o total de cidades no Brasil. Existem, no entanto, estudos que sugerem que em cidades maiores o olhar das executivas nacionais sobre o comportamento das legendas respeita uma lógica mais federalizada – Dantas e Praça (2012) e Braga (2003).

Diante da expectativa de notarmos algo capaz de convergir para essa percepção inicial, seria possível esperar que documentos oficiais dos partidos tratassem dos aspectos associados às alianças. Dantas (2007) mostra que os estatutos de alguns partidos políticos citam as coligações partidárias, mas de forma abrangente, sobretudo no plano municipal. Existe também uma questão relacionada ao caráter mais ou menos centralizado de o partido ser dirigido em termos de seu organograma. O PMDB, por exemplo, oferta grande liberdade aos seus diretórios locais, algo menos sentido no PT, mas que ainda assim é marca do cenário partidário de nossa nação federalista. Até mesmo os documentos lançados nos anos eleitorais proibindo ou coibindo acordos são desrespeitados (Dantas e Praça, 2012), tornando-se frágeis orientações. Assim, estaríamos próximos de uma máxima apresentada por Dantas e Praça (idem) e proferida por um deputado federal: “partido é igual Casa do Pão do Queijo: quem compra a franquia explora a marca”. Ou seja, tendo em vista o monopólio dos partidos políticos sobre as candidaturas, seria possível afirmar que as legendas, por vezes, são meras organizações utilizadas como armadura para a guerra eleitoral? Seriam simples agremiações utilizadas para a conquista do poder por meio de grupos locais que pouco apresentam de adesão às mensagens nacionais? Afirmar algo dessa natureza requer uma atenção mais acurada sobre o ambiente pesquisado, mas se olharmos as alianças entre os partidos no total de cidades brasileiras para a disputa de prefeituras, veremos que parece possível afirmar algo que caminhe nesse sentido.

Dessa forma, se contabilizarmos a existência de um total de 27 a 29 legendas no intervalo analisado de doze anos e quatro eleições municipais (2000 a 2012), e tomarmos por base as reflexões de Duverger (1970) sobre o caráter bipolar das eleições, perguntaremos: como acomodar numa lógica bipolar a existência de tantas organizações? A resposta deve ser precedida de alguns números, e devemos destacar que o banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apresenta inconsistências que retiram a precisão absolutamen-

te exata que poderíamos requerer das informações. Ainda assim, em linhas gerais, é bastante possível confiar nas afirmações aqui apresentadas com base nas informações do TSE. Entre 2000 e 2012 a média de candidaturas a prefeito por cidade variou entre 2,6 e 2,8 nomes – o que se aproxima da tese de Duverger. Por sua vez, o total de partidos, por exemplo, em 2008, foi pouco inferior a 12 por município. Isso representa dizer que nem todas as 27 a 29 legendas que participaram das eleições locais entre 2000 e 2012 estão presentes em todas as localidades, mas ainda assim é possível notar que o total de candidaturas é mais de cinco vezes menor que o total de partidos. Como alocar tantas agremiações em algo como pouco mais de duas candidaturas em média? A resposta é simples: a coligação. E por isso a relevância da temática para a compreensão do quadro partidário no âmbito municipal.

Como dito anteriormente, o crescente processo de aumento da capilaridade dos partidos pelo país e a não expansão do total de candidaturas por município tende a adensar as relações entre as legendas. Tal observação é explicada por números bastante representativos desse fenômeno: enquanto o Brasil teve uma média de 2,90 partidos políticos apoiando um candidato a prefeito nas eleições majoritárias de 2000, esse indicador subiu, 12 anos depois, para 4,94, o que representa uma expansão superior a 70%. Isso significa que as alianças se tornaram ainda mais fundamentais. Em 2000 tínhamos pouco menos de 4,0 mil candidaturas avulsas, ou seja, lançadas isoladamente por um partido político, enquanto em 2012 tal número caiu para pouco mais de 2,0 mil. Isso representa dizer que há mais partidos por cidade e mais alianças sendo celebradas em torno de uma mesma chapa.

Diante de tais reflexões, a tabela 1 mostra alguns aspectos relevantes. Primeiramente é necessário notar que com exceção feita ao DEM, que sofreu de forma mais acentuada com a desidratação causada pelo surgimento do PSD, todos os partidos considerados cresceram no que diz respeito às presenças locais. O PSB, por exemplo, mais do que dobrou sua penetração nas cidades em 12 anos: de 1,9 mil em que disputou prefeituras em 2000 para pouco menos de 4,2 mil em 2012. O PT vem em seguida com aumento de 86,4%. PDT e PR superaram a casa de 50%, e todos os demais ultrapassaram a faixa de 3 mil cidades. Isso representa dizer que em linhas gerais os partidos estão cada vez mais presentes nos municípios disputando as prefeituras, seja com candidatura própria ou apoiando um terceiro. Chama a atenção também o fato de a esquerda ter aumentado muito sua participação municipal no período considerado. O fenômeno eleitoral de 2002, quando os partidos desse posi-

cionamento ideológico encabeçaram cinco⁶ das seis candidaturas presidenciais e ficaram com 76,8% dos votos no primeiro turno, pode auxiliar na explicação. A vitória de Lula certamente justifica tal avanço de forma expressiva. Em 2000, PPS, PDT, PSB e PT participaram, em média, de disputas em 2,5 mil cidades contra 3,6 mil de PFL (hoje DEM), PL (hoje PR), PPB (hoje PP) e PTB. Os números da esquerda chegam a 4,2 mil em 2012, enquanto a direita atinge 4,3 mil.

Se a capilaridade partidária aumenta, sobretudo à esquerda, também é possível notar uma elevação no já surpreendente índice de participações em coligações. Se em 2000 a média simples dos resultados desses partidos mostravam que em 96,7% dos casos as candidaturas das quais participavam se davam em associações formais de partidos, tal média sobe para 97,8% em 2012. A questão da esquerda, novamente, é mais expressiva, sobretudo diante de um crescimento maior do PT entre os partidos considerados.

Tabela I. *Participação dos 10 grandes partidos políticos brasileiros nas eleições municipais de 2000 a 2012 e indicadores de capilaridade e coligação*

	PP*	DEM*	PR*	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
2000	3.956	4.652	2.404	3.495	4.995	4.331	2.432	2.848	1.902	2.722
2004	4.222	4.592	3.903	4.221	5.064	4.536	3.350	3.593	2.640	4.634
2008	4.262	4.307	3.752	4.139	5.026	4.576	3.193	3.910	3.510	4.695
2012	4.687	4.174	3.968	4.326	5.326	4.831	3.254	4.273	4.197	5.075
Evolução 12-00	18,5%	-10,3%	65,1%	23,8%	6,6%	11,5%	33,8%	50,1%	120,7%	86,4%
Capilaridade 2012	84,2%	75,0%	71,3%	77,7%	95,7%	86,8%	58,4%	76,7%	75,4%	91,1%
Capilaridade 2000	71,1%	83,7%	43,2%	62,9%	89,8%	77,9%	43,7%	51,2%	34,2%	49,0%
Saldo	13,1	-8,7	28,1	14,8	5,1	8,9	14,7	25,5	41,2	42,1
Coligado 2012	98,1%	98,4%	99,1%	98,3%	97,4%	98,4%	97,9%	98,1%	98,4%	94,2%
Coligado 2000	97,5%	97,2%	98,5%	97,8%	96,0%	96,7%	97,4%	96,9%	97,0%	92,2%
Saldo	0,6	1,2	0,6	0,5	1,4	0,7	0,5	1,2	1,4	2,0

* PP, DEM e PR disputaram eleições nesse períodos com outros nomes, respectivamente: PPB, PFL e PL.

Fonte: Dados do TSE organizados para os fins desse estudo e Dantas (2007 e 2009).

6 Lula (PT) teve 46,4% dos votos, Garotinho (PSB) ficou com 17,9%, Ciro Gomes (PPS) com 12%, José Maria (PSTU) com 0,5% e Rui Pimenta com 0,04%.

Diante dos dados apresentados parece possível afirmar que a partir das eleições de 2008 passa a haver um maior equilíbrio ideológico em termos da capilaridade dos partidos da esquerda e direita nos municípios. Em 2000, a distância entre as médias apresentadas no parágrafo anterior era superior a mil municípios. Em 2004 tal distância cai para um saldo favorável à direita de 681 cidades. Em 2008 vai a 288 e em 2012 a vantagem fica em apenas 89 cidades. Isso permite uma visão mais clara de comparação a partir de 2008. É a partir dessa eleição que podemos compreender que os partidos estão presentes nas cidades de maneira mais uniforme.

Tal afirmação parece guardar relação com grupos que chegam ao poder na União, num federalismo que oferta poder significativo de distribuição de recursos para o ente mais centralizado, ou seja, a Presidência. Foi assim nas eleições de 1996, por exemplo. Dantas (2012b) mostra que “em 1992, os tucanos fizeram menos de 300 prefeitos pelo Brasil. Em 1996, sob a presidência com FHC, saltaram para mais de 900 cidades, superando mil no pleito de 2000”. O crescimento estaria associado ao fato de o PSDB ter atingido o poder federal e se fortalecido de forma expressiva após seu nascimento no fim dos anos 80. No caso do PT, a esquerda ascendeu ao poder a partir das eleições de 2002, como dissemos. Assim, ainda de acordo com Dantas (idem), “o PT partiu de menos de 200 prefeitos em 2000 para mais de 400 em 2004 sob Lula, mais de 500 em 2008 e mais de 600 agora”. O ritmo de crescimento petista aquém dos tucanos de FHC pode ser justificado por uma capilaridade partidária mais complexa atualmente. Ainda assim, é possível verificar que o PT avança de forma expressiva no período, de acordo com os dados da tabela 1.

Diante do exposto assistimos o aumento de presença das legendas nos municípios e crescimento no uso das coligações. Restaria então compreender: como tais legendas se associam? A tabela 2 possibilita uma visualização do que chamamos de alianças pontuais, ou seja, junções de pares de partidos a despeito do fato de outras legendas estarem presentes no acordo. O quadro é capaz de mostrar alta mescla ideológica, por exemplo. A média de associações entre legendas de direita é de 1.567 cidades, na esquerda tal número atinge 1.365 municípios e no centro, simbolizado exclusivamente pelas alianças entre PSDB e PMDB, chegamos a 1.762 (tais partidos tem capilaridade expressiva). Quando mesclamos tendências, vemos direita e esquerda unidos, em média, em 1.329 locais. Centro e direita se encontram em 1.734 cidades e centro e esquerda em 1.494. A esquerda parece um pouco menos consistente que os demais pontos do espectro, mas não é possível dizer que exista um padrão capaz de fazer com que os partidos sejam separados ideologicamente.

Literalmente falando: todos são capazes de jogar com todos. Nesse sentido, nenhum cruzamento possível na tabela é inferior a mil cidades. A despeito de tal constatação, uma questão coerente: apenas a união entre PT e PMDB supera duas mil cidades (2.028) e PSDB e DEM se aproximam disso (1.991). Mas qual a relação ideológica e federal entre PSDB e PP, que se unem em 1.909 municípios, por exemplo?

Tabela 2. *Total de cidades em que os 10 grandes partidos selecionados estiveram juntos em torno de uma mesma candidatura a prefeito em 2012*

2012	PP	DEM	PR	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
PP										
DEM	1646									
PR	1511	1536								
PTB	1734	1528	1449							
PMDB	1739	1612	1567	1766						
PSDB	1909	1991	1571	1723	1762					
PPS	1192	1226	1032	1138	1250	1373				
PDT	1521	1346	1308	1532	1654	1523	1167			
PSB	1455	1291	1324	1439	1554	1469	1130	1489		
PT	1531	1041	1402	1493	2028	1104	1007	1702	1697	

Fonte: Dados do TSE organizados para os fins desse estudo e Dantas (2007 e 2009).

Diante da situação apresentada, o que esperar dos partidos em 2012 quando comparamos suas alianças com as disputas de 2000? Na tabela 3 é possível notar que todos os cruzamentos são positivos, ou seja, nenhuma aliança minguiu no período, mesmo se considerarmos, por exemplo, que o DEM perdeu capilaridade nas cidades brasileiras quando o assunto é a participação em eleições majoritárias municipais. Se compararmos o avanço dos partidos nas cidades com a média registrada de avanço nas alianças será possível verificar que o cenários de associação entre as legendas adensou o cipal de acordos.

Tabela 3. *Avanço percentual das alianças entre os 10 grandes partidos políticos brasileiros nas eleições majoritárias municipais entre 2012 e 2000*

2012/2000	PP	DEM	PR	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
PP										
DEM	1,79									
PR	104,74	57,22								
PTB	45,59	13,44	78,89							
PMDB	37,15	14,73	84,35	45,59						
PSDB	50,20	24,05	98,61	35,14	23,04					
PPS	90,42	76,91	136,16	91,58	45,35	62,10				
PDT	94,50	69,52	163,71	108,72	67,07	92,54	93,85			
PSB	242,35	168,96	296,41	223,37	175,04	155,92	119,42	173,21		
PT	557,08	445,03	520,35	402,69	188,07	144,79	91,44	159,45	186,66	

Fonte: Dados do TSE organizados para os fins desse estudo e Dantas (2007 e 2009).

O PT, por exemplo, aumentou sua participação nas eleições majoritárias municipais em 86,4%. Mas a média de elevação de suas alianças subiu 299,5%. Isso representa dizer que o aumento da presença do Partido dos Trabalhadores nas cidades também representou coligações mais complexas com os outros nove partidos grandes aqui considerados. Chegar ao poder federal teria feito do PT um partido mais parecido com os demais? Tudo indica que sim. Mas chama a atenção que o fenômeno é generalizado. Por exemplo:

- O PP aumenta sua capilaridade em 18,5% e sua média de associações cresce 136%
- O DEM encolhe 10,3%, mas sua média de associações aumenta 97%
- O PR cresce 65,1% e suas uniões avançam 171%
- O PTB sobe 23,8% e seus acordos 116%
- O PMDB cresce 6,6% e suas alianças 76%
- O PSDB varia positivamente 11,5% e as alianças crescem 76%
- No PPS temos 33,8% contra 90%
- No PDT 50,1% contra 114%
- No PSB 120,7% contra 193%
- No PT 86,4% contra 300%

Assim, se a participação nas cidades cresce e as alianças aumentam em médias expressivamente maiores, isso indica um adensamento nas coligações. Acordos maiores representam mistura mais expressiva entre os partidos políticos brasileiros nos municípios. Diante do quadro, o que esperar da nacionalização sonhada pelo Tribunal Superior Eleitoral? Estaríamos efetivamente diante da lógica da franquia comprada, que libera seu detentor para explorar a marca da forma local mais adequada possível, como sugeriu o deputado no caso descrito por Dantas e Praça (2012)?

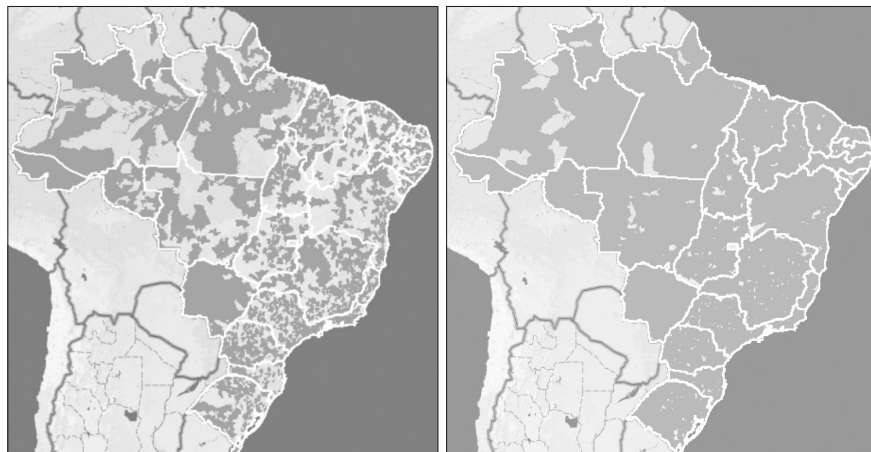
Pesquisas de opinião mostram um quadro desolador associado à credibilidade que a sociedade oferta aos partidos políticos. Propostas de reforma política tratam de defender que candidaturas sejam lançadas isoladamente em eleições municipais, sobretudo em pequenas cidades. Os problemas locais não se encaixam nos partidos? As legendas não representam em termos pontuais aquilo que defendem no plano nacional? Estaríamos diante da reafirmação do parlamentar da Casa do Pão de Queijo? Mas como imaginar que a cada novo realinhamento nacional dos partidos, os grupos municipais se reorganizem?

Podem reforçar esses argumentos um conjunto de informações gráficas, apresentado em forma de mapas⁷. Nesse caso, importante verificar alguns fenômenos relevantes. O primeiro está associado à questão da capilaridade da esquerda. Para ficar claro o fenômeno avaliado, compararemos o ano de 2000 com 2012 utilizando as duas legendas que cresceram de forma mais expressiva no período: PSB e PT. Em segundo compararemos os quatro maiores partidos: PT, PMDB, PSDB e DEM e suas alianças.

Nos mapas a cor cinza indica as cidades em que houve participação de uma dada legenda nas eleições municipais sob uma coligação – exceto as candidaturas avulsas. Na figura 2 o mapa da esquerda mostra onde o PT esteve em 2000, e à direita onde a legenda que governa o país desde 2003 esteve em 2012. O preenchimento do mapa no ano mais recente é quase plena e indica o fenômeno de avanço acentuado na capilaridade dos partidos de esquerda. O mesmo se repete na figura 3 com o PSB.

7 Importante salientar que os mapas foram construídos com base em informações transmitidas ao portal iG no início do processo eleitoral, podendo ocorrer algumas diferenças em relação ao banco de dados utilizado após as eleições pelos pesquisadores. O banco do iG será utilizado exclusivamente, no caso desse artigo, para a composição dos mapas e comentários a eles associados.

Figura 2. Mapas com a presença do PT em coligações majoritárias eleições de 2000 e 2012



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre base criada em parceria com o Portal iG

Figura 3. Mapas com a presença do PSB em coligações majoritárias eleições de 2000 e 2012



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre base criada em parceria com o Portal iG

Em contraposição às figuras 2 e 3, vale reproduzir, para efeitos comparativos, a imagem referente ao partido que menos oscilou no período e mais esteve presente nas cidades brasileiras ao longo dos 12 anos abordados: o PMDB. É possível notar que não existe diferença tão expressiva entre as figuras, apontando

para o fato de que o PMDB já era um partido com expressiva capilaridade nas eleições de 2000. Assim, o fenômeno apenas se repete em 2012 com um pouco mais de intensidade de acordo com a figura 4.

Figura 4. Mapas com a presença do PMDB em coligações majoritárias eleições de 2000 e 2012



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre base criada em parceria com o Portal iG

Ilustrados os fenômenos de expansão da esquerda até os níveis próximos daqueles atingidos por partidos cujas participações médias eram mais acentuadas no período destacado, é interessante observar o comportamento das quatro legendas entendidas como as maiores do país nos últimos dez anos – a despeito de o DEM passar por um processo de desidratação significativo. O olhar será sobre as eleições de 2012. Até 2008, Dantas e Praça (2012) mostram que era possível afirmar que a ascensão do PT e o enfraquecimento do DEM, por exemplo, fizeram com que as “suas coligações se tornassem menos ortodoxas do ponto de vista ideológico”. Reforça a observação o título do trabalho de Miguel e Machado (2010): “De partido de esquerda a partido de governo. O PT e suas coligações”. Diante de tais aspectos, a centralização dos partidos brasileiros, organizações constituídas obrigatoriamente sob o princípio da nacionalidade, não parece respeitar princípios relacionados à uniformidade quando consideramos as coligações em eleições municipais como variável capaz de explicar o fenômeno. O desejo do Tribunal Superior Eleitoral em manter tal semblante em eleições estaduais e federais, seguindo a lógica artificial da verticalização, está longe de ser verificada nos municípios.

Assim, parece interessante observar, pelo menos, quatro partidos que guardariam entre si diferenças expressivas no plano federal. Enquanto PT e PMDB formaram a chapa que hoje ocupa a presidência e a vice-presidência da República, PSDB e DEM aparecem como as legendas de caráter mais oposicionista e compuseram a chapa que foi ao segundo turno contra a dupla vencedora. Destaquemos, no entanto, que 2010 foi o ano em que a verticalização do TSE deixou de vigorar por meio de uma emenda constitucional sancionada em 2006. Naquele ano, PT e PSDB disputaram a presidência com Dilma Rousseff e José Serra, respectivamente. Essa foi, no caso dos dez grandes partidos selecionados para esse estudo, a única união não verificada nos estados em torno das 27 disputas para governador. PT e DEM, por exemplo, apoiaram a candidatura do PMDB no Maranhão. PT e PMDB estiveram juntos em pelo menos 14 estados, sendo que com o PSDB essa segunda legenda disputou sete governos, e com o DEM nove.

A despeito de alguns desses aspectos que poderiam sugerir uma bipolarização dessas legendas, uniões entre PT, PSDB, DEM e PMDB ocorreram nas cidades em ritmo crescente no período analisado. É verdade que em 2012 assistimos certa coerência em termos de lógica de alinhamento federal dos partidos quando olhamos para as alianças mais comuns: a liderança fica por conta de PT e PMDB (mais de duas mil uniões) e o segundo lugar é obtido por PSDB e DEM (quase 2 mil associações). Apesar de tais condições, voltando à tabela 3 é possível notar que a associação entre PT e DEM foi a terceira que mais cresceu nesses 12 anos: 445,03%. Com o PSDB, os petistas ampliaram em 144,8% seus acordos, e com o PMDB em 188,1%. DEM e PMDB aumentaram laços em ritmo pouco inferior a 15% no período – porque já eram parceiros assíduos em 2000, com mais de 1,4 mil alianças – enquanto com o PSDB, o DEM ampliou em 24% seus acordos. Por fim, PSDB e PMDB avançaram 23% em suas uniões, e nesse caso o número de 2000 também ultrapassava 1,4 mil acordos.

Indo além dos pares de acordos entre essas quatro relevantes legendas, podemos analisar coligações que carreguem todo esse conjunto: PMDB, PSDB, DEM e PT. Em 30 cidades brasileiras o fenômeno foi efetivado em 2000. Em onze estados ela não ocorreu uma vez sequer, mas na Paraíba e em Minas Gerais foram quatro cidades. Em 2004 essa aproximação saltou para 89 cidades (resultado quase três vezes maior), com destaque para 12 ocorrências em Minas Gerais e 10 no Paraná. No primeiro caso, devemos lembrar a existência de mais de 850 municípios, o que eleva a probabilidade de ocorrências mais diversificadas. Em sete estados tal coligação não ocorreu. Em 2008, ano em

que direita, esquerda e centro estão capilarizados de forma mais equilibrada no Brasil, a associação ocorre em 154 municípios, e apenas em dois estados ela não é registrada, com destaque para 29 ocorrências em Minas Gerais e 27 no Paraná. Por fim, em 2012, a união volta a se repetir em 174 municípios, resultado 480% maior que o apontado em 2000. Em todos os estados a união ocorre, e as maiores incidências são verificadas novamente em Minas Gerais (32) e Paraná (22). A figura 5 é capaz de ilustrar o que apresentamos aqui.

Figura 5. *Cidades onde PMDB, PSDB, DEM e PT disputaram eleições aliados em 2012*



Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre base criada em parceria com o Portal iG



Os resultados apresentados com base nas coligações celebradas entre os partidos selecionados para a disputa das prefeituras brasileiras entre 2000 e 2012 mostram que teorias como as de Panebianco (1990) e Duverger (1970) fazem sentido em nossa realidade. Dantas (2007 e 2009) mostra que o partido do governador tem um peso expressivo nas realidades municipais quando o assunto é a eleição para prefeito. Assim, em regimes federativos a lógica descentralizada se faria presente, sendo que realidades específicas findam sendo explicadas por questões que podem ser ainda mais específicas, como a influência de parlamentares federais e estaduais, ou ainda assuntos estritamente associados às conjunturas de cada cidade.

Além disso, o aumento da presença dos partidos políticos nas cidades não é capaz de desfazer a lógica de Duverger (1970), para quem em disputas de turno único há tendência de bipolarização. Em 12 anos o total de candidatos por cidade não muda de forma expressiva, ou seja, não acompanha a elevação significativa da presença das legendas no nível local, chamada aqui de capilaridade. Dessa maneira, Kinzo (2004) tinha razão ao afirmar que partidos utilizavam de forma crescente as coligações em suas estratégias eleitorais. O resultado de tal uso é um número maior de legendas por chapa, mas não um volume maior de chapas por cidade. Restaria, nesse caso, tentar compreender a existência de uma lógica nacional capaz de promover esses alinhamentos. Isso já não fora encontrado por Dantas (2007) e Machado (2007), o que representa dizer que nas eleições locais a tese do uso aleatório de legendas para a disputa de eleições parece se fortalecer. Braga (2003) tentou mostrar que em cidades maiores em termos de eleitorado existira um controle mais ostensivo dos partidos sobre seus acordos. Dantas (2007) discorda, mas é possível afirmar que as conjunturas se alteraram na distância temporal existente entre os trabalhos. Assim, com base nos dados de 2012, parece possível afirmar que os partidos se comportam de formas bastante heterodoxas no que diz respeito às suas alianças locais. O quadro partidário brasileiro, nesse sentido, teria certa autonomia municipal quando o assunto é a disputa de prefeituras.

Humberto Dantas é cientista social, mestre e doutor em ciência política pela USP. Professor de Sociologia e Política e pesquisador do Insper em temática associada à questão das alianças em eleições municipais. Sua tese de doutorado tratou do tema e em 2010 foi co-organizador e co-autor, pela Konrad Adenauer, do livro "Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências".

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. *Os barões da federação* São Paulo: Hucitec, 1998b.
- BRAGA, M. S. S. *O processo partidário eleitoral brasileiro*: padrões de competição política (1982-2002). São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao DCP-USP, 2003.
- DANTAS, H. O horário eleitoral gratuito na televisão e o padrão das coligações em eleições majoritárias municipais. *Leviathan*, v. 5, p. 1-14, 2012.
- DANTAS, H. Vitórias e Derrotas – as eleições municipais no Brasil. Fundação Konrad Adenauer: Rio de Janeiro, *publicação Brasil em Foco*, novembro de 2012b.
- DANTAS, H. Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores. *Revista Liberdade e Cidadania*, v. II, p. 1-26, 2009.
- DANTAS, H. Coligações em eleições municipais e o cenário de 2008. *Cadernos Adenauer*, v. 2, p. 79-91, 2008.
- DANTAS, H. *Coligações em eleições majoritárias municipais*: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao DCP-USP, 2007.
- DANTAS, H., PRAÇA, S. Coligações entre partidos nas eleições municipais de 2004 e 2008. Estudo de caso DEM/PFL e PT. *Revista On-Line Liberdade e Cidadania*, v. IV-17, p. 1-12, 2012.
- DANTAS, H., PRAÇA, S. Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000. *Revista Leviatã*, número 1. São Paulo, Hucitec DCP-USP, 2004.
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, v 8, n 1, Campinas, 2002.
- KINZO, M. D. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-85. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, 54, São Paulo, fevereiro de 2004.
- KRAUSE, S., DANTAS, H., MIGUEL, L. F. (orgs.) *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*: perfis e tendências. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2010.
- KRAUSE, S., SCHMITT, R. (orgs.) *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.
- MACHADO, C. *Identidades diluídas*: coligações para prefeito no Brasil. (2000 e 2004). Brasília: UnB, 2007. Dissertação, Mestrado em Ciência Política.
- MARCHETTI, V. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e a verticalização das coligações. In: KRAUSE, S., DANTAS, H., MIGUEL, L. F. (orgs.) *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*: perfis e tendências. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2010.
- MIGUEL, L.F. Os partidos brasileiros e o eixo “esquerda e direita”. In: KRAUSE, S. DANTAS, H. e MIGUEL, L.F. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

- MIGUEL, L.F., MACHADO, C. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, S. DANTAS, H. e MIGUEL, L.F. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partidos*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
- PEIXOTO, V. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, S. DANTAS, H. e MIGUEL, L.F. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.
- RIBEIRO, P. Velhos e novos comportamentos: coligações eleitorais nos municípios do G-79. In: KRAUSE, S. DANTAS, H. e MIGUEL, L.F. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.